

FRANCISCO DE OLIVEIRA*

A DOMINAÇÃO GLOBALIZADA:
ESTRUTURA E DINÂMICA DA DOMINAÇÃO
BURGUESA NO BRASIL**

INTRODUÇÃO

Política, no sentido de Rancière, é a reclamação da parte dos que não têm parte e, por isso, se constitui em dissenso¹. Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impôr-lhe, minimamente, uma agenda de questões, sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impôr a agenda não significa, necessariamente, ter êxito ou ganhar a disputa, antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a mover-se. É evidente que o adversário, em

* Professor titular de Sociologia do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Aposentado. Coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania-FFLCH-USP.

** Publicado originalmente sob o título “Política numa Era de Indeterminação: Opacidade e Reencantamento” in Fernando Teixeira da Silva, Márcia R. Capelari Naxara e Virginia C. Camilotti (orgs.) (2003). Esta versão é aqui acrescentada de um Post-Scriptum para adaptá-la aos trabalhos do Grupo de Trabalho Sectores Dominantes de América Latina do CLACSO. O autor permitiu-se retirar algumas referências muito brasileiras do texto que não interessam, senão, a quem segue de perto a política brasileira. O original pode ser conferido na publicação citada.

1 Ver Jacques Rancière (1996).

seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-se da pauta e sair da agenda que lhe é oferecida ou imposta. É nesse intercâmbio desigual que se estrutura o próprio conflito ou o jogo da política. Essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção², no sentido de que toda proposta e sua resposta que consigam sair do campo anteriormente demarcado, cria um novo campo que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política uma permanente mudança de qualidade. A força de uma invenção se expressa na capacidade de manter o adversário nos limites do campo criado pela proposta/resposta e isto confere estabilidade ao campo político, permanecendo a pauta e a agenda das questões. Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia³, no sentido preciso de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições, cultura, inventados e que se tornam, assim, a cultura dominante. A hegemonia é a produção conflituosa do consenso. Nos termos de Marx e Engels, a ideologia dominante⁴.

A “polícia”, também nos termos de Rancière, isto é, as operações dos atores dentro do campo inventado, dentro do consenso logrado, estabelecido e imposto –sempre uma combinação de força e consentimento–, torna-se previsível, jogando às urtigas, pois, a imagem batida é de que a política é como as nuvens, mudando a cada instante. Isto corresponderia à permanente invenção e reinvenção, o que tornaria a dominação não apenas imprevisível, como, no limite, impossível. O que pode mudar como as nuvens são as operações *policiais* no campo demarcado por anteriores invenções/reinvenções. Fica aberta, pois, a possibilidade de investigar as determinações dos movimentos dos atores, que estão ligadas ao uso das linguagens, símbolos, limites, estruturas produtivas, gestadas no interior do campo de luta. Em termos da teoria física (Bohr e Einstein), a *política* é quântica, enquanto a *policia* é determinista.

UMA ERA DE INVENÇÕES

O período entre 1964 e 1990 correspondeu a uma época de forte invenção política no Brasil. A ditadura, ela mesma sinal da impossibilidade de hegemonia, promoveu uma aceleração na transformação das forças produtivas, logrando um crescimento econômico que elevou a

2 Ver Claude Lefort (1983).

3 Ver Antonio Gramsci (2000) Ver também de um de seus melhores intérpretes no Brasil, Carlos Nelson Coutinho (1989a).

4 A clássica e insuperável Ideologia Alemã, que continua sendo a melhor abertura para o tema em questão.

média da expansão capitalista nos últimos cinquenta anos, como ficou reconhecido nos anos do *milagre brasileiro*. Tal crescimento deslocou as forças que operavam nos marcos de um desenvolvimento capitalista comandado pelas forças internas, com a burguesia nacional à frente, subsidiado pelas forças subordinadas, sobretudo o proletariado urbano recém ocupado na indústria, no que a literatura chamou de *populismo*. Na verdade, uma das formas falsas⁵ da *longue durée* da revolução burguesa no Brasil⁶. Celso Furtado caracterizaria esse período como o de *internalização das decisões*, não apenas pelo crescimento da economia na forma de dominação predominantemente da burguesia nacional, mas também porque a tutela do operariado estruturava a produção de um consenso brutalizado, mas de inequívoca afirmação do espaço nacional como centro do conflito e das decisões⁷.

Esse espaço nacional como centro é também uma tematização central na área da cultura, sobretudo na música popular com a bossa-nova –Tom Jobim como emblema de uma geração cuja influência preparou a seguinte, de que foi também coetâneo, liderada por Chico Buarque já a partir dos anos 1970– e no cinema, com o cinema-novo de Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha, suas máximas expressões. Talvez menos na literatura, provavelmente porque esta, há muito havia se formado dentro de uma *tradição* cumulativa que era, ela mesma, um campo de invenções na perspectiva de Antonio Candido⁸. A bossa-nova e o cinema-novo buscavam conhecer o país e suas novas classes sociais, operando uma transcendência de classes que a nova base material do desenvolvimento *kubitschekiano* propiciava. A primeira centrada na emergência de uma classe média letrada e o segundo operando uma linguagem que começou muito neo-realista e transitou rapidamente para um registro e estética barroco-romântica para pesquisar as classes populares, e com isso, re-inventar a Nação⁹. Uma espécie de saga do *Brasil profundo*. Na área da cultura acadêmica, são as produções *isebiana* e

5 As formas do falso é um belo título de Walnice Nogueira Galvão, de que me utilizo aqui. Mas o falso ainda tinha formas, portanto reproduzíveis, previsíveis. A época de hoje é caracterizada pela ausência de formas, a falta de formas, para adiantar algo da discussão que busco balizar. Para uma crítica da forma de acumulação primitiva e da articulação entre o *moderno* e o *atrasado*, isto é, a falsa revolução burguesa no Brasil, ver, do autor; *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista* (1987).

6 Sobre as formas da revolução burguesa no Brasil e sua impossibilidade radical, Florestan Fernandes (1976).

7 Ver o clássico de Celso Furtado (1995).

8 Ver Antonio Candido (2000).

9 Ver Marcelo Ridenti, “Em Busca do Povo Brasileiro. Romantismo Revolucionário de Artistas e Intelectuais (pós 1960)”. Tese de Livre-docência em Sociologia. Campinas, Univ. Estadual de Campinas, 1999 (já existe em livro); Jean-Claude Bernadet (1976), Roberto Schwarz (1999).

a de Celso Furtado, os expoentes máximos da centralidade do espaço nacional, teorizando o papel central da burguesia nacional na especificidade do subdesenvolvimento¹⁰. Ainda que Furtado não utilizasse o conceito de classes de extração marxista nos seus trabalhos. Retrospectivamente, pode parecer surpreendente que a elaboração ideológica burguesa não tivesse São Paulo como epicentro. De fato, o centro era o Rio de Janeiro. A Confederação Nacional da Indústria promovia o desenvolvimentismo. Publicava uma revista chamada Desenvolvimento & Conjuntura e patrocinava o seminário que lançou em Garanhuns, Pernambuco, em fevereiro de 1959, a nova política para o Nordeste de que resultou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), enquanto São Paulo estava elaborando Marx na academia sem relação com os problemas nacionais e a Associação Comercial publicava um indigesto Digesto Econômico, que mal chegava aos pés do liberalismo de Gudin e Bulhões, os patriarcas do liberal-autoritarismo brasileiro, que escreviam no jornal carioca O Globo. Que por sua vez se destacava apenas pela coluna de futebol assinada por Nelson Rodrigues. A Federação de Indústrias de São Paulo havia abandonado o sendeiro aberto por Roberto Simonsen e modorrava sob lideranças inexpressivas do empresariado mais atrasado, enquanto sob suas barbas a indústria automobilística se instalava no ABC e o jornal Estado de São Paulo, o Estadão, pregava a obediência à vocação agrícola do Brasil. Mesmo o Partido Comunista do Brasil não resistiu a essa centralidade. A mudança de sua denominação para Partido Comunista Brasileiro não foi apenas uma manobra tática para escapar do estigma de *pau mandado* de Moscou, nos tempos da quente Guerra Fria, mas a assunção da perspectiva nacional como estratégia da transformação socialista da sociedade: o *Partidão* tornou-se desenvolvimentista¹¹.

A forma *passiva* ou *prussiana* do desenvolvimento capitalista, aliás a forma de todos os casos de *capitalismo tardio*¹², produziu e requereu uma formidável coerção estatal, que se mostrava de um lado

10 Ver Caio Navarro de Toledo (1977) e as diversas obras de Celso Furtado da época, entre elas *Formação Econômica do Brasil* (1995) e *A Economia Brasileira* (1954). Mas Caio Prado Jr. já havia antecipado a especificidade do capitalismo no Brasil. Ver, para essa interpretação, Carlos Nelson Coutinho (1989b).

11 Ver Gildo Marçal Brandão (1997) e Marco Antônio Tavares Coelho (2000).

12 Ver in José Luis Fiori (org.) (1999), a secção “Os ‘Capitalismos Tardios’ e sua projeção global”, com os artigos de Aloisio Teixeira “Estados Unidos: A curta marcha para a hegemonia”, de José Carlos de Souza Braga “Alemanha: Império, barbárie e capitalismo avançado”, Ernani Teixeira Torres Filho “Japão: da industrialização tardia à globalização financeira” e Luis Manuel Fernandes “Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real”. Faltou nesse conjunto apenas um estudo relativo à Itália, também um caso clássico de *capitalismo tardio* e *via passiva*, que se pode ver em Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques (2002).

nas fortíssimas empresas estatais e de outro no controle da nova classe trabalhadora. O Golpe de Estado de 1964 foi um abalo sísmico no sistema político que já acusava o deslocamento de atores centrais, como a burguesia industrial nacional e o proletariado como subsidiário da estrutura de poder. Mas o golpe não significou a mudança de *modelo*. As exigências do processo de acumulação da industrialização substitutiva requeriam radicalização do controle do novo ator fundamental –o operariado– e uma acumulação primitiva ainda mais profunda. E não significou uma nova sociabilidade. A ditadura estatizou os setores mais importantes da produção numa escala e abrangência que nenhum nacionalista, do período anterior havia sonhado, mesmo as formações de esquerda¹³. Operou sobre o proletariado não apenas na manutenção da tutela estatal inaugurada pelo Estado Novo de Vargas nos anos 1930, mas indo além no controle salarial, sugerindo parentesco com o que Pollock chamaria de *produção de mercadorias sem equivalência* no caso nazista¹⁴ característica, aliás, também de todos os *capitalismos tardios*.

A nova forma do desenvolvimento capitalista, levada aos limites pela ditadura militar, reforçou o centro de decisões interno, na sugestão de Furtado, mas abriu os flancos para o começo de sua extroversão, na medida em que apoiou-se não apenas nos capitais estrangeiros –Kubitschek já havia semi-aberto o portão nos anos 1950– mas numa pesada dívida externa, no período caracterizado pela literatura como de alta liquidez de capital nos mercados internacionais. Foi na ditadura militar que se formou o tripé desenvolvimentista empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais. Uma parte notável do excedente tomava o rumo do exterior no pagamento da dívida, com o que se encaminhou, já nos anos 1980, para uma crise da dívida externa que marcou todo o período e tornou quase sem eficácia econômica a redemocratização política operada após o encurralamento da ditadura, afinal afastada em 1984. O que a literatura veio a chamar depois de *financeirização* da economia já se insinuava, subordinando a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital e retirando centralidade às decisões internas.

Construiu-se no período, entretanto, uma nova sociabilidade e uma nova política, uma reinvenção da política cuja base social podia ser reconhecida, da qual as linhas de força emergiam com certa clareza, determinando as opções de política *policial* dentro do campo criado pelas

13 É sabido que o projeto do PCB para a exploração do petróleo, apresentado à Assembléia Constituinte de 1946, por Carlos Marighela, reservava 51% do controle para o Estado brasileiro e abria-se para a participação do capital privado nacional. Luciano Martins (1985). Gabriel Cohn (1968) e Gildo Marçal Brandão (1997).

14 Friedrich Pollock (1989).

poderosas transformações. As mais importantes operações de construção da agenda estiveram calcadas nos permanentes *trabalhos de Sísifo*¹⁵ das classes dominadas, expressas em primeiro lugar no renascimento do sindicalismo em novas bases, com a emergência das frações do proletariado que operavam na base produtiva das multinacionais do automóvel e, em segundo, mas não secundário lugar, no deslocamento do campo das políticas sociais operada pelos novos movimentos sociais¹⁶, os quais obrigaram o Estado militar autoritário ao desenho de um conjunto de políticas, verdadeira inovação na *longue durée* brasileira. Para destacar talvez a mais importante delas, a criação da previdência social rural, a qual deu um novo destaque aos sindicatos rurais, tidos, até então, como simplesmente de *carimbo*, não mais que instituições falsificadas de legitimação da ditadura. Mas não é falso o fato de que o aprofundamento da acumulação de capital, a partir do setor I, produtor de bens de capital, criou uma burguesia que, pela primeira vez na história brasileira, havia internalizado, de fato, a geração do progresso técnico. Não é à toa que os sobrenomes mais expressivos na conjuntura 1970-1990 atendiam por Villares, Bardella, Mindlin e outros do mesmo naipe.

No campo da cultura, outra vez destacou-se a música popular, com a geração de 1970, Chico Buarque, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Capinam, Edu Lobo, Geraldo Vandré - Tom Jobim, talvez não paradoxalmente, jamais introduziu a política na sua música-, que aliaram uma extrema sofisticação musicológica à politização anti-regime, pelo que pagaram caro com exílios e uma pesada censura. A literatura, desta vez, também não foi notavelmente diferente e o cinema, às vezes, enveredou pelo oficialismo de produções, pretensamente, grandiloqüentes, sob o patrocínio da Embrafilme, e quando não, abandonou as pistas do cinema-novo, para praticar uma técnica mais apurada, porém não mais politizada. As ciências sociais conheceram uma floração com raízes na oposição à ditadura militar e adubada pela proliferação e crescimento das pós-graduações e sistematização/ampliação do financiamento para pesquisas, desviando-se da linha *nacionalista* do ISEB e aprofundando o conhecimento dos processos da nova estrutura econômica e social. A linha crítica predominou, e menos uma linha programática no estilo de Celso Furtado e do ISEB.

A Nova República institucionalizou a redemocratização após a queda da ditadura, sob a forma de uma transição feita ainda *por cima*, prussianamente, pois o controle da redemocratização ficou *mezzo a me-*

15 Ver Celso Furtado (1998).

16 Os estudos clássicos sobre essa emergência dos novos atores incluem muitos títulos. Ver, especialmente, o de Sader, que se tornou paradigmático, Eder Sader (1988), o de Maria Célia Paoli (1989), e o de Vera da Silva Telles (1986).

zzo, entre o partido de oposição à ditadura, agora PMDB, e os amplos *salvos do incêndio* no PFL, mas já fortemente temperado pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores –provavelmente a maior invenção política da história brasileira do século XX depois do PCB em 1922–, cujas bases sociais e para além, simbólicas, assentavam-se justamente no *novo sindicalismo* ou *sindicalismo autêntico*, até a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma das grandes *invenções* do período¹⁷. A outra grande invenção foi a formação e constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que recolocou na agenda a Reforma Agrária com uma abrangência e uma radicalidade que ampliou, em muito, o que havia sido proposto pelas Ligas Camponesas nos anos 1950. A Nova República já foi pensada como uma ruptura mas, bem observada, ela é a consequência da sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o Golpe Militar de 1964 passando pela intensa transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política.

Seu programa foi a tentativa de criar uma política que fosse a tradução dos novos interesses gerados pela intensa expansão capitalista, recuperando as linhas de força entre classe e representação, o que conferia previsibilidade à política. De um lado, a presença do PFL, a metamorfose de parte do partido da ditadura, representava a condução possível do atraso, nos termos freqüentemente utilizados por Werneck Vianna¹⁸, de outro lado o PMDB, herdeiro do partido da resistência à ditadura, não propriamente um partido da burguesia, mas do *interesse nacional*. E o novo partido, o dos Trabalhadores, cuja representatividade, inegável, formava o conjunto possível do novo consenso. O surgimento do PSDB, em 1988, que preenchia o *lugar sociológico* das novas classes médias¹⁹, parecia completar a configuração política em estreita relação com a estrutura social. As linhas entre classe e representação, interesses e representação, pareciam tão claras como nunca estiveram na política brasileira –talvez igualado apenas no longínquo período da

17 Já dispomos hoje de uma sólida reconstrução, que confere unidade ao processo, repassando toda a ampla literatura sociológica sobre o tema, do surgimento do *novo sindicalismo* ao *sindicalismo cutista* graças a Roberto Vêras de Oliveira (2002). Fresquinha, tendo vindo a público no último dia 31 de julho deste ano, será referência obrigatória para a compreensão do sindicalismo no Brasil contemporâneo.

18 Luiz Jorge Werneck Vianna (1998) e (1997) especialmente o capítulo “Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira”.

19 Ver Francisco de Oliveira (1987). Em que, tendo como metáfora o personagem do livro *O Deserto dos Tártaros*, de Dino Buzzati (1984) pensei o lugar de um partido centrado nas modernas classes médias –não na pequena-burguesia– para uma mais completa estruturação do espectro político representativo na política brasileira. O PSDB se cria em 1988 com um programa muito parecido e liderado por algumas personalidades que eu apontava no artigo.

República Velha, quando os interesses da burguesia cafeicultora dirigiram o *atraso* de Minas e, secundariamente, o das oligarquias rurais do Nordeste, no *café-com-leite*.

A longa indeterminação que explode com a Revolução de 1930 e que se perpetua até, praticamente, Kubitschek, havia cedido o passo. Não por supressão, mas pela própria produção de uma nova matriz produtiva que tornava *comunicativa* uma nova matriz discursiva, dando lugar a uma *nova transparência*, para aproveitar, invertendo-o, o belo título de artigo clássico de Habermas²⁰. Não se trata de um aproveitamento oportunista. O novo período que se abrirá na década de 1990 pode ser trabalhado nos termos de Habermas como uma *nova intranparência*, justamente porque a matriz discursiva havia deslizado da centralidade do trabalho –no caso brasileiro, da centralidade dos novos sujeitos produzidos e articulados no longo período 1964-1990– para a impossibilidade, provisória, para sermos otimistas, de uma nova *ação comunicativa*²¹.

Assim, a Nova República foi, com o benefício da prova *a posteriori*, na verdade, o epílogo da sociabilidade gestada no período inaugurado pela ditadura militar de 1964. É um epílogo determinado (Einstein) pelas poderosas invenções políticas que não eram suportáveis e não podiam operar nos limites do campo. Um salto quântico da política (Bohr). Era falsa, portanto, e apenas *impressionista*, a nova transparência. Mal as linhas de força entre classes, interesses e representação emergiam com aparente clareza, elas ultrapassavam as possibilidades da *política policial* no campo demarcado. Central de trabalhadores, movimento de camponeses, direitos sociais ampliados e assegurados, ultrapassaram a *política policial*, jugulada por outro lado, pelas tenazes da financeirização mundializada do capital.

O Governo Sarney, com Dilson Funaro e a equipe do Instituto de Economia da Unicamp no comando da política econômica, tentou rearmar o dispositivo desenvolvimentista, com o projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Vital para a viabilização financeira do tripé empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais, tentando recolocar o centro de gravidade nos dois primeiros termos da equação, o qual foi soterrado pela crise da dívida externa²². De outro lado, as bases *fordistas* da nova transparência propunham a rearticulação do pacto, agora incluindo o *sindicalismo cutista*: Lula alcançou a metade dos vo-

20 Ver Jürgen Habermas (1987).

21 Jürgen Habermas (1994).

22 Uma excelente exposição sobre a conjuntura e os desdobramentos operados pela política econômica do período neoliberal encontra-se em Luiz Gonzaga Belluzzo e Julio Gomes de Almeida (2002).

tos na eleição de 1989. Collor era a indeterminação elevada à décima potência: seu *messianismo* revelava a impossibilidade de uma política que ligasse classes, interesses e representação. Em termos weberianos, o reencantamento do mundo, ou a radicalização do fetiche, nos termos de Marx. Uma densa opacidade, uma neblina, um nevoeiro. Mesmo as câmaras setoriais, das quais particularmente a do Setor Automotivo, que reergueu a produção das montadoras e de autopeças do fundo do poço, ainda se estruturavam sob o signo da sociabilidade *fordista* e da política como representação de interesses. Seu fugaz êxito, que entusiasmou entre muitos este autor, foi simplesmente aplastado pelo novo trator da era da globalização, nas mãos de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda em 1994 e, a partir de 1995 até 2002, na presidência da República²³.

UMA ERA DE INDETERMINAÇÃO

A *financeirização* do capitalismo, a forma específica da mundialização do capital na expressão de François Chesnais²⁴, chamada, equivocadamente, de *globalização*, abriu as comportas dos sistemas monetários e financeiros de cada capitalismo nacional. As dívidas externas, contraídas ainda no período chamado de grande liquidez (1970), foram para a periferia do sistema incluindo o Brasil e a América Latina, as primeiras formas da mundialização, ao lado, evidentemente, da forte presença das multinacionais. Mas estas operavam ainda num campo determinado pelas decisões internas, como Furtado sublinhara. A dívida externa extroverte o processo.

A acumulação de capital, nas economias líderes do desenvolvimento capitalista, havia gestado um progresso técnico que elevou a produtividade do trabalho a níveis tão elevados que, de fato, parecia que o consumo de trabalho vivo de uma parte ponderável da força de trabalho começava a ser irrelevante: uma *massa marginal*, não-funcional para a acumulação de capital, nos termos de José Nun que, aliás,

23 Ver, Francisco de Oliveira et al, “Quanto melhor, melhor: O Acordo das Montadoras” (1993); “Apocalypse Now: O ‘Coração das Trevas’ do Neoliberalismo”, In: Francisco de Oliveira e Alvaro Comin (orgs.) (1999). Os demais textos do mesmo livro constituem, também, excelentes reconstrução, discussão e problematização da experiência da câmara setorial do setor automobilístico. Ver também, Glauco Arbix (1996). Leonardo Mello e Silva foi mais cauteloso e viu mais de perto a dificuldade de generalização em seu *A Generalização Difícil. A Vida Breve da Câmara Setorial do Complexo Químico* (1999)

24 Ver seu já clássico *A Mundialização do Capital* (1996). Chesnais reviu mais tarde sua posição, que ainda se ancorava numa concepção da *financeirização* subordinada ao capital produtivo para uma posição mais radical, a da autonomização da esfera financeira. Ver seu mais recente artigo, disponível no site da Attac: La théorie du regime d'accumulation financiarisé: contenu, portée et interrogations. http://attac.org/fra/kist/doc/chesnais_4.htm2002

pode ser considerado o precursor de toda a discussão sobre a perda da centralidade do trabalho, depois de Bernstein. Toda a literatura sociológica acusou o golpe, e além de Nun, desde Gorz se disse *adeus ao proletariado*, que havia perdido ou consumido suas *energias utópicas* no novo arranjo que deslocava sua antiga centralidade, substituída pela *ação comunicativa*²⁵. A combinação de trabalho barato com a financeirização do capital gerou o fenômeno formidável da sobredeterminação do capital financeiro em relação ao capital produtivo. Talvez sem paralelo com qualquer outra época do sistema, embora algumas vezes insistam em dizer que a performance do capital financeiro apenas repete as extravagâncias da *belle époque*. Movimentos em tempo real do capital fictício, transitando entre bolsas e mercados financeiros com a rapidez da luz. O deslocamento de fábricas para periferias tão remotas que antes não contavam nada para a acumulação mundial, Coréia do Sul e Taiwan, depois Indonésia, Malásia e Filipinas. E agora sobretudo a China, uma enorme massa de capital financeiro circulando, uma especulação bursátil que confirmava essa massa, que mal se sustenta nos dias de hoje e que, na interpretação de Chesnais, é o sinal de sua fragilidade. Um capital de imagens que torna a marca seu principal *atout*²⁶, comandado por uma digitalização e moleculização²⁷ que mudou radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano e permite uma forma de capital que atua como virtual, isto é, capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem os constrangimentos da era industrial, que criaram a virtualidade da classe que, nos termos de Thompson²⁸, requer, sempre, sua própria autoinvenção. É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal, lograda pelo sistema capitalista.

Tal é a contra-revolução de nosso tempo. A sociabilidade plasmada à época do trabalho como categoria central, do trabalho fixo, previsível a longo prazo, base da produção fordista e do consenso welfarista, dançou. Apesar das eternas relações assimétrico-defasadas com a política, há poucas dúvidas de que o impacto sobre esta última um dia chegaria, e talvez seja isto o cerne da indeterminação. Sistemas políticos longamente amadurecidos no consenso welfarista,

25 Os textos que ficaram clássicos são, o do próprio José Nun (1969), os de André Gorz (1982), Jurgen Habermas “A Nova Intransparência” (1987) e Teoria de la Acción Comunicativa (1994) e Claus Offe (1989). Nun voltou à carga já nos anos 1990, numa atualização do texto dos anos 1970 José Nun, “O futuro do emprego e a tese da massa marginal” (2000). Ver Robert Castel (1998).

26 Ver Isleide Fontenelle (2001).

27 Ver Laymert Garcia dos Santos (2001).

28 Edward P. Thompson (1987) e também a autora mais thompsoniana do Brasil, Maria Célia Paoli et al. (1984).

tolerâncias crescentes à sombra do crescimento e reconhecimento dos direitos humanos, estão cedendo o passo às novas intolerâncias no coração do *Império*, onde, o 11 de setembro de 2001, foi a espoleta detonadora de tensões longamente acumuladas, no renascimento de uma direita claramente fascistoíde. Desde a Áustria mozartiana à Holanda, *suma* da democracia tolerante, chegando à França, que uniu-se em torno de um notório direitista como Chirac para salvar-se do fascismo, um tanto *à la* Mussolini, mas veraz de Jean-Marie Le Pen²⁹. Os Estados Unidos da América (EUA), sob as botas texanas de Bush II, estão fazendo seus clássicos direitos liberais recuarem à época pré *Founding Fathers*, reintroduzindo graves discriminações entre seus próprios cidadãos, institucionalizando a delação, criando uma polícia política pela primeira e inusitada vez em sua história, tornando insuportável a vida dos *estrangeiros* (no sentido profundo de Camus) em sua sociedade. Muitos destes, há décadas aceitos e instalados nos EUA, estão retornando aos seus países de origem, mesmo que aqui sejam recebidos por uma sociabilidade também em frangalhos, preferível, no entanto, à ameaça permanente da delação. Os sombrios temores de Adorno em seus clássicos textos em *A Personalidade Autoritária* parecem confirmar-se cinquenta anos depois³⁰.

O impacto sobre a periferia latinoamericana não poderia ser menos que devastador, Brasil *y compris*. A lista seria longa e nos levaria a nos afastarmos cada vez mais de nosso principal objetivo: o de tentar resumir a indeterminação no Brasil. Mas a Argentina não poderia faltar como o exemplo mais desastrado de uma sociedade que havia sido, no começo do século XX, uma das cinco principais economias capitalistas de seu tempo. Tendo avançado na construção de uma sólida classe média, com níveis de urbanização e alfabetização que, não sem razão para o orgulho dos argentinos, a tornava um país desenvolvido, não latinoamericano em sua economia e estrutura social, com o perfil parisiense de Buenos Aires (dizem os argentinos, com certa razão, que Paris é que tem um perfil bonairense). No outro extremo, a Colômbia, onde a institucionalidade já nada significa. O Estado perdeu a capacidade de impor o monopólio da violência e as relações entre a socia-

29 Ver o artigo de Luis Favre (2002).

30 “Nós nos ‘sentimos livres’ porque nos falta a própria linguagem na qual poderíamos formular nossa ausência de liberdade.(...) Ou seja, nossas próprias ‘liberdades’ servem para mascarar e sustentar nossa ausência mais profunda de liberdade” Slavoj Zizek (2002). Ver Adorno, Theodor W., Frenkel-Brunswik, Else, Levinson, Daniel J., Sanford, R.Nevitt (1965). Adorno escreveu junto com Sanford, Frenkel-Brunswik e Levinson o cap. VII, “Medición de las tendencias antidemocráticas implícitas” e isoladamente os caps. XVI, “Los prejuicios através de las entrevistas”, XVII, “ La política y la economía en las entrevistas”, XVII “Algunos aspectos de la ideología religiosa revelados por las entrevistas” e XIX, “Tipos y síndromes”.

bilidade e a política institucionalizada são praticamente irreconhecíveis. Mesmo que uma fortíssima repressão, uma militarização total do Estado dê a impressão de recuperação do controle legal da violência pelo Estado, a essência do monopólio legal da violência, como lembra Wanderley Guilherme dos Santos, é que a lei deve controlar a violência à distância, sem a presença da polícia ou de forças similares: é esta a diferença crucial do Estado Democrático de Direito. As razões podem parecer diversas, e o são fenomenologicamente. No caso argentino, a falência é imediatamente reconhecível tendo como causas uma longa desindustrialização e a aplicação à *outrance* do receituário neoliberal. Enquanto no caso colombiano, é uma sociabilidade gangrenada pela explosiva combinação de narcotráfico, guerrilha e paramilitares de direita que decretou a inutilidade do Estado. A ponte entre os dois casos é dada pela absolutização do mercado, representada pelo ultraliberalismo de Carlos Menem e Domingo Cavallo e pela forte dependência da Colômbia das receitas da exportação de cocaína (maiores que as receitas de exportação de atividades produtivas legais). Paradoxalmente, a absolutização do mercado, ou sua autonomização, como chamei recentemente³¹, desfaz as relações mercantis de contrato, no caso austral pela impossibilidade da cobrança –de que o *corralito* é hoje a expressão mais dramática– e no caso colombiano, porque o negócio da cocaína somente pode ser regido pelo código do *tudo ou nada*, dada a enorme rentabilidade do negócio ilegal que torna o risco inteiramente desproporcional e logo não contratualizável. Nos dois casos, desaparece a alteridade e a previsão do movimento dos atores e, nesse diapasão, a política. Há uma forte *privatização* no sentido arendtiano: os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão, à insegurança, que decorre exatamente da *privação* do espaço público e da alteridade. A esfera pública é sempre uma suspensão do Estado hobbesiano: sua dissolução significa a volta aos conflitos primitivos, em que o objetivo é eliminar o inimigo. Quando se trata do capitalismo contemporâneo, então é o retorno à lei da força bruta. Não pode haver *política*, nem *polícia*: há apenas administração³².

O caso brasileiro apresenta-se menos espetacular que o da Colômbia e parece não ter chegado ao extremo argentino. Mas a piada do *efeito Orloff* de que somos a Argentina de ontem não é inapropriada, e os números dos assassinatos e o controle do narcotráfico sobre favelas e populações pobres nas grandes cidades brasileiras sugerem, não muito forçadamente, uma *colombianização*. Na virada dos anos 1990, a exasperação da inflação que havia chegado à casa dos 89% ao mês,

31 Francisco de Oliveira (2002), inédito.

32 Hannah Arendt (1989).

jogou por terra a longa acumulação de todo o período anterior. Um salvacionismo intenso percorreu a espinha dorsal da sociedade, varrendo com as relações entre classes e interesses, representação e política. Uma perversa pedagogia da inflação havia castigado duramente os valores democráticos, que são exceção na já longa história da República, e a sociedade inteira clamou por uma mudança radical, drástica e rápida. Dois códigos ofereceram-se para decifrar a esfinge. O primeiro representado por Luiz Inácio Lula da Silva, detentor do capital simbólico do *sindicalismo autêntico*, representante da representação de interesses de classe, então ainda com a promessa de mudança para uma sociedade socialista. Mesmo a *débâcle* do “socialismo real”, recente à época, não havia afetado maiormente essa relação no Brasil. A segunda decifração encarnou-se em Fernando Collor de Mello, olhos esgazeados, pupilas dilatadas, carisma irrepreensível, imprecando contra os *marajás*, contra todo o sistema político, lançando a ponte diretamente ao povo, passando por cima de toda institucionalidade: com um golpe de *yppon*, a luta marcial japonesa, liquidaria a altíssima inflação, a corrupção governamental, o sistema político apodrecido. Ele mesmo era o portador do apocalipse da globalização, a qual jurou implantar, a ferro e fogo, num Brasil fechado, provinciano, produtor de carroças em vez de automóveis. Capital e trabalho eram, no Brasil, patrimonialistas, inimigos do povo, em sua impreciação.

Essa história já foi contada em prosa e verso³³. Convém lembrar aqui os eixos centrais da nova conjuntura, que desfizeram a sociabilidade anterior e tornaram caduco o campo de invenções do longo período 1964-1990. O momento *quântico* foi dado pela aceleração da inflação que, pela intensidade e níveis alcançados, desbordava o campo de conflitos estabelecido e sancionado legalmente na Constituição de 1988. Resolvida, ainda nos termos constitucionais através de eleições, a questão da predominância no campo de forças criado, começou –para datá-lo de uma certa forma– o trabalho de *desmanche* –o termo é de Roberto Schwarz³⁴– da sociabilidade gestada no longo período assinalado. Desregulamentação do mercado, abertura indiscriminada às importações, perda do controle cambial, financeirização total da dívida interna e da dívida externa e, não menos importante, a construção do discurso com o qual se acusava os adversários de *corporativismo*, negando a *ação comunicativa* anterior e tentando instaurar uma nova sociabilidade cuja matriz central era tanto o discurso liberal da iniciativa dos indivíduos

33 Trabalhei sobre essa conjuntura em (1992).

34 “Se for assim, o que está na ordem do dia não é o *abandono* das ilusões nacionais, mas sim a sua *crítica especificada*, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo” Roberto Schwarz (1999).

quanto a desregulamentação e o desmanche que davam bases materiais à nova *ação comunicativa*.

O período de Fernando Henrique Cardoso (FHC) aprofundou, num grau insuspeitado, o desmanche iniciado. Privatização total das empresas estatais (restaram apenas a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e os bancos, o BNDES e os regionais de fomento), deslocando o campo de forças no interior da própria burguesia, desmontando o tripé empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais que deslizou para a predominância da última nos principais eixos da acumulação de capital³⁵, extrovertendo o centro de decisões e tornando irrelevante um conjunto de associações públicas construídas em torno das empresas estatais, como sindicato de petroleiros e associação de engenheiros da Petrobrás, por exemplo³⁶. A relação Estado-burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras. Reforma da carreira dos funcionários públicos, pesado ajuste nos salários, uma, às vezes sutil e muitas vezes declarada, modificação no estatuto do trabalho, buscando desregulamentá-lo e deixando ao *mercado* a resolução dos litígios e contratos, emoldurado num discurso que se apropriava –usurpando-os– de antigos temas das reformas, anulando o dissenso, privatizando a fala e destruindo a política. O período de FHC completou o desmanche conforme sua promessa de superar a Era Vargas³⁷.

Parecia ter chegado o momento, longamente esperado, da hegemonia burguesa no Brasil: uma sociabilidade marcada por um truncamento individualista feroz, fruto antes da profunda desigualdade que da disputa das oportunidades, descendo do alto da pirâmide social até os degraus mais baixos dos infernos das favelas: celebrava-se, então a vitória da burguesia e do capitalismo. Antigas clivagens regionais, que haviam impedido que o domínio econômico de São Paulo se transportasse por inteiro para a política, foram amalgamadas num bloco, indiscutivelmente, liderado pela aliança da elite universitária paulista com os grandes empresários, lastreado na mudança da estrutura social que unificou as classes sociais de norte a sul. A coalizão política não

35 Estimativas sugerem que a parte do produto interno bruto sob controle de multinacionais é da ordem de 50 a 60% do mesmo PIB, valor nunca alcançado mesmo se comparado à época da República Velha, onde o capital privado estrangeiro predominava nos transportes ferroviários e urbanos e na eletricidade. O termo “tripé” foi criado por Peter Evans para designar a associação, em igualdade de controle patrimonial, dos capitais das empresas estatais, das privadas nacionais e das multinacionais. As empresas petroquímicas foram o modelo dessa associação. V. Peter Evans (1986).

36 Ver Cibele Saliba Rizek (1998) e também Edson Miagusko (2001).

37 Ver Francisco de Oliveira (1999).

podia ser mais *representativa*, nem mais ampla: articulada pelo grupo paulista universitário-empresarial, incluía poderosas lideranças regionais, novos e velhos coronéis, oligarcas de quatro costados. Um espectro político que agrupava em torno da vanguarda intelecto-burguesa o amplo naipe do *atraso*, com suas modulações intermediárias. O sonho gramsciano da hegemonia: para conduzir o *atraso*, sem o qual não se governa, uma vanguarda preparada nas caldas da contemporaneidade produtiva-financeira-intelectual. Um cosmopolitismo *nouveau, à la brasileira, comme il faut*: professores da USP, príncipes da sociologia, mestres do pensamento racional da Fundação Getúlio Vargas, engenheiros da Escola Politécnica da USP, novos intelectuais de origem popular elitizados, economistas com experiência internacional do capitalismo financeirizado, consultores-*gangsters*, altos empresários, coronéis do sertão e coronéis da cidade. É fácil reconhecer-lhes os perfis. Mas, sem dúvida, nas palavras de Favre referindo-se à França: *Raros são os países em que o Estado consegue dar plena visibilidade à tradução jurídico-institucional das relações de força entre os diversos segmentos da sociedade*³⁸. A frase poderia se aplicar inteiramente ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

As mudanças foram avassaladoras. Pelas indicações a partir de trabalhos como os de Aloysio Biondi³⁹, provavelmente entre um quinto e um quarto do PIB brasileiro mudou de mãos nos anos de FHC, no bojo das privatizações e fusões. A dívida interna pública cresceu dez vezes entre 1994 e 2002, correspondendo hoje, a mais de 50% do PIB, indicando que a produção que se expressa no PIB requer outra metade de riqueza social virtual para sua sustentação, que somente se materializa via coerção do Estado. Dívidas do Estado, teoricamente, querem dizer que a produção de valor não pode ser sancionada pelo valor, isto é, o consumo e o investimento não podem se realizar e a dívida pública é uma forma de adiantamento do valor que não se realiza. Mas uma dívida externa pesada, como no caso brasileiro e da periferia latinoamericana em sua maior parte, significa dizer que a sustentação de uma realização do valor interno requer o capital externo global e esta é a nova forma do capitalismo financeirizado. Somadas as dívidas interna e externa chega-se a algo como 80% do PIB brasileiro, isto é, o adiantamento do valor do PIB requer uma massa quase igual para simplesmente manter a produção nos medíocres patamares do período FHC-Lula. O paradoxo, ou mais fortemente, a contradição, é que o pífio crescimento do PIB não se sustenta sem o adiantamento virtual do lucro que as dívidas representam. E esse adiantamento virtual é

38 Luis Favre (2002).

39 Ver Aloysio Biondi (1999; 2000).

sempre maior que o lucro que se realizará, como o provam as taxas de crescimento no Brasil *fernandista-lulista*. Essa é a nova natureza do capitalismo global financeirizado na periferia.

No caso brasileiro, assim como no da Argentina, as novas dívidas financiam a renovação da antiga e ocorre uma esterilização da capacidade produtiva do país. A realização é apenas virtual, o caso clássico do capital fictício previsto por Marx⁴⁰. A crítica não tem logrado atingir o *coração da matéria* da dívida e em todas as versões, da direita como da esquerda. Trata-se apenas de má administração ou da vulnerabilidade externa provocada pela insuficiência dos saldos da balança comercial. Na interpretação de Laymert Garcia dos Santos⁴¹, já citado, é sobre o valor virtual que hoje se realiza o capitalismo. Nestas condições, só o capital financeiro sai lucrando. Mas isto tem claros limites, como o caso argentino não se cansa de reiterar: a fração dos juros no PIB, para pagar a dívida interna e a externa, cresce até provocar uma retração do investimento produtivo –o que assinala, desde logo, que o capital fictício ou virtual permanece ligado ao produtivo– e por este movimento chega o momento de realizar o valor, quando então o castelo de cartas desaba: o *default* da dívida transforma-se em prejuízo para o sistema financeiro. Alan Greenspan, o antigo presidente do FED, advertiu para o fenômeno –não nestes termos que evidentemente se inspiram na teoria marxista do valor– quando assinalou a *exuberância irracional* da valorização das ações na economia norte-americana, prevendo o dia da cobrança do valor, que afinal chegou. A falência de grandes conglomerados, como a Enron e a World Com, é exatamente o *castelo de cartas*⁴².

O trabalho sem-formas inclui mais de 50% da força de trabalho e o desemprego aberto saltou de 4%, no começo dos anos 1990, para 8%, em 2002, e agora 9%, segundo a metodologia conservadora do IBGE. Entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas, transita, entre o azar e a sorte, 60% da força de trabalho brasileira. Na grande São Paulo, um em cada cinco está sem emprego e mesmo sem ocupação. O cinturão de pobreza alargou-se para incluir mais de 50% da população e um terço vive abaixo do que se convencionou chamar *linha de pobreza*⁴³. Tal situação deve-se sobretudo ao aumento da produtividade do trabalho combinado com a privatização e a

40 Karl Marx (1973).

41 Laymert Garcia dos Santos (2001).

42 A porcentagem do lucro financeiro nos PIBs argentino e brasileiro é enorme, maior do que a que ocorre nas economias dos países do centro capitalista, o que indica, desde logo, sua insustentabilidade no longo prazo e o caráter da *financeirização* do capital.

43 Ver Jorge E. Matoso (2001).

desnacionalização, sancionados semanticamente pela desqualificação dos atores. É o mesmo mecanismo do trabalho abstrato molecular-digital que extrai valor operando sobre formas desorganizadas do trabalho⁴⁴. A desigualdade na distribuição da renda só piorou, em virtude de que as formas desorganizadas do trabalho não têm como acessar os mecanismos distributivos que no capitalismo estão ligados ao trabalho sob contrato formal. A sociabilidade centrada no trabalho não pôde resistir e a vitória ideológica do capital transformou-se numa guerra de todos contra todos. Há, para voltar a Arendt, uma supressão ou esvaziamento da esfera pública, onde os atores podem escolher por reflexão e não apenas como massa e a privatização da vida, posto que não há o que deliberar. Tal como na Colômbia, Bolívia e Peru, em que a produção agrícola não pode concorrer com as plantações de coca, nas periferias das grandes cidades o narcotráfico e o crime organizado nos padrões do capital⁴⁵, são o escoadouro para o desemprego. Os pobres matam-se entre si⁴⁶, e as classes médias andam de vidros levantados em seus carros para toscamente se defenderem dos assaltos à luz do dia. Enquanto os grandes empresários trafegam *dentro* das cidades de helicóptero. As *afinidades eletivas* entre o narcotráfico e a favela estão, em primeiro lugar, no fato de que as favelas são o núcleo da ilegalidade do trabalho, do trabalho

44 No Brasil, o fenômeno é escondido pelo fato do aumento do desemprego; mas, se calcula a produtividade do trabalho levando em conta apenas a fração do trabalho sob contrato formal, ressalta de imediato o salto de produtividade obtido. A contradição reside em que é esse salto na produtividade que alimenta o trabalho informal, sobre o qual não se pode estimar a produtividade, justamente porque lhe falta a relação com o capital. Trata-se de um novo processo no capitalismo mundial, cujas expressões são ainda mais fortes na periferia. Nun tratou o fenômeno como confirmatório da tese da *massa marginal*, quando o que está em curso é justamente o contrário.

45 As gangues no Rio e São Paulo autotizaram-se como Comando Vermelho, Terceiro Comando da Capital, e outras denominações que lembram organizações militares e da guerrilha urbana. Na verdade, trata-se de organizações para-militares, o que de novo lembra a Colômbia. Operam redes de comunicação baseadas na telefonia celular, com estruturas hierárquicas *weberianas*, copiando as grandes corporações capitalistas. As ordens baixam do topo à base, eliminando o acaso e a iniciativa criminosa individual. Não há mais criminalidade ao acaso, do ponto de vista do crime, e para a população civil o acaso tornou-se tão denso que já não é mais acaso: é certeza. Noam Chomsky disse no II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2002, que o paradigma do crime organizado é o capital financeiro. As organizações das gangues confirmam o incisivo *insight* do famoso ativista norteamericano. O filme de Fernando Meirelles, *Cidade de Deus*, baseado no romance de Paulo Lins é hoje a melhor representação dessa *sociabilidade* primitiva e gangsteril, confirmando uma nova estética, que se afasta tanto do neorealismo quanto do romantismo barroco, linha inclusive do filme “O Invasor” de Beto Brant. Há uma nova estética sendo elaborada.

46 Ver Maria Inês Caetano Ferrera (2002). O pós-fácio deste autor ao artigo de Maria Inês radicaliza os achados da pesquisa.

sem-formas e sem direitos. O narcotráfico busca localizar-se nas favelas, os lugares da ilegalidade social e política brasileira, ao invés da abordagem tradicional da imprensa de que o narcotráfico cria a ilegalidade para sobreviver. Assim, em lugar de uma hegemonia burguesa que se alimentasse das *virtudes* cívicas do mercado, requer-se permanentemente coerção estatal, sem o que, todo o edifício desaba. Nem sequer a sociabilidade da concorrência encontra guarida entre as empresas e os empresários. A passagem do patrimonialismo para o capitalismo oligopolista deu-se aceleradamente e uma autoregulação do mercado a partir dos próprios interesses do capital que ajudasse no arraigamento de uma cultura ética da concorrência, uma virtude cívica do liberalismo clássico, base, entre outras coisas, dos achados de Tocqueville sobre a *democracia na América*, não conseguiu firmar-se no Brasil. Tanto aos olhos da sociedade, quanto na prática do empresariado, a lei é a do vale-tudo⁴⁷. Na fórmula gramsciana, de consenso mais coerção, a porção de coerção continua sendo a mais importante e por isso não há nenhuma possibilidade de *interesses bem compreendidos* tocquevillianos e a república não nasce da *virtude* do mercado⁴⁸. Uma espécie de *exceção permanente schmittiana*⁴⁹ que anula as possibilidades de *virtú* da sociedade civil, entendida esta no sentido de blocos de interesses organizados que se demarcam entre si e com relação ao Estado. Um movimento browniano incessante, de acomodações e reacomodações, de deslocamentos e deslizamentos, de pesados ajustes de contas, que ultrapassa os limites do consenso da *política policial* e não chega a formar outro campo de conflito, onde exatamente a operação de um novo consenso possa ser *política*. Trata-se de *ação anti-comunicativa*. De uma falta de formas, sem as quais a política não se faz⁵⁰.

47 Carlos Alberto Bello e Silva estudou a conjuntura em que uma ação regulamentadora da concorrência no Brasil teve um breve espasmo em sua tese de doutorado (1999). A chave da análise de Bello e Silva é nitidamente habermasiana estruturando-se a partir das noções de legitimidade.

48 Para uma excelente discussão do tema, Marcelo Gantus Jasmin, e Luis Jorge Werneck Vianna e Maria Alice Rezende de Carvalho (2001).

49 Para uma discussão de Carl Schmitt, ver Annie Dymetman, tese de doutoramento (1999). E também Ronaldo Porto Macedo Júnior (1994).

50 Aqui aparece um dos mais instigantes paradoxos da situação brasileira: a participação da cidadania na política aumentou extraordinariamente no Brasil nos últimos cinquenta anos, principalmente pela ampliação do colégio eleitoral e diversificação da *oferta política*, nos termos de Wanderley Guilherme dos Santos. O voto obrigatório ajudou a romper o mandonismo local mesmo nos lugares mais empedernidamente oligárquicos do Brasil. Também o exponencial crescimento do associativismo civil leva água na mesma direção. É nessas condições muito favoráveis que se dá, contraditoriamente, a perda da representatividade. Ver Wanderley Guilherme dos Santos (2002).

Em seu lugar, a autonomização do mercado, que não deve ser pensada como o lugar da autonomia cidadã da tradição liberal clássica, mas o seu contrário. A *autonomização* quer dizer que *não há regras mercantis*, é o *mercado para além de si*, um permanente *ad hoc*, em que não se fixam contratos. Em grande medida, esse processo tem sua raiz na *financeirização* dos Estados nacionais e é igual à incerteza que se inscreve nos negócios ilícitos do narcotráfico e do contrabando: como as taxas de juros já não dependem do movimento interno de capitais, o movimento financeiro, que se transporta para o Estado e a produção, dança diariamente e somente os especuladores se atiram ao risco, que não tem mais parâmetros criados pela experiência. Não há mais acumulação de experiências. Daí que a *financeirização*, freqüentemente, redunde em estagnação da produção material e destruição do aparato produtivo, que na periferia tem assumido os tons mais dramáticos. Freqüentemente, pois, essa pós-modernidade regride a procedimentos primários, tais como os que se passam nas favelas e nos territórios habitados pela imensa pobreza: são as relações afetivas, primárias, familiares, que ocupam o lugar do não-contrato e abrem o passo a todas as formas de violência primária, assim como também às solidariedades que poderíamos chamar, como Durkheim, mecânicas. Mais intrigante ainda: a violência se gesta nas dobras da solidariedade, como assinalou Maria Inês Caetano Ferreira, em seu belo artigo, já citado.

Em termos macroeconômicos, o permanente *ad hoc* requer a violência estatal permanentemente, a *exceção permanente*, a qual poderia sugerir que o monopólio legal da violência foi reconquistado para o Estado. Longe disso, a violência permanente significa dizer que o Estado também é *ad hoc*. Operações são refeitas cotidianamente, a governabilidade é lograda graças ao uso permanente de medidas provisórias, as cláusulas contratuais são rapidamente ultrapassadas e a arquitetura da privatização requer injeções de recursos públicos em larga escala, para sustentar a reprodução do capital, como mostram o crescimento exponencial da dívida pública interna e externa e seus pesos no PIB. A indústria elétrica privatizada, com o racionamento que se impôs para evitar o apagão geral, deixou de lucrar nos termos previstos na privatização e cobrou do Estado aquilo que a *dança de São Guido* do mercado não pode assegurar: a realização do valor. Os custos do racionamento foram pagos pelos consumidores que racionaram *-hélas!*— seu consumo de energia elétrica, através de uma alíquota específica nas contas de luz outorgada por medida provisória do presidente! O Congresso leva meses para, com enorme custo e utilização dos recursos políticos do típico presidencialismo imperial brasileiro, votar um orçamento: uma *penada* do Banco Central, vendendo títulos com correção cambial para enfrentar ondas especulativas que têm se repetido quase como norma no período, torna o orçamento mera ficção, com a explosão da dívida

pública interna⁵¹. Talvez o epítáfio do presidente FHC pudesse ser *Príncipe das Trevas*, uma amarga ironia para quem se queria o fautor do renascimento brasileiro e que algum dia foi chamado por Glauber Rocha de *Príncipe dos Sociólogos*.

As conseqüências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço. A possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera mas, num sentido intensamente dramático, isto não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas. Mesmo apelando-se para outro campo teórico, as conexões de sentido são erráticas. Tudo isto se passa, conforme trabalho recente de Wanderley Guilherme dos Santos, já citado, quando as condições para a consolidação das instituições políticas pelo voto cidadão são cada vez melhores.

Na clássica interpretação de Maquiavel por Gramsci⁵², o partido moderno, de massas e de quadros, é o Príncipe, o *condottiere* com seus *intelectuais orgânicos* que organizam a hegemonia. O partido político da era da indeterminação, não conduz, é conduzido, pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto e pela imagem. Uma dispersão de microcentros de organização do social simulacra a sociedade civil: é uma *onguização* da política social, que concorre com o Estado e os partidos, desde a formulação de políticas locais e focalizadas até a distribuição de alimentos. Nascidas como porta-vozes da nova complexidade, na época em que a ditadura militar tentava conter a própria criatura que brotou da expansão capitalista, essas organizações transformaram-se em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer *social* e *política*. Esconde-se nas dobras da crítica ao Estado *mau gerente* a privatização das políticas sociais, a des-universalização, a volta ao assistencialismo ou, na perspectiva da Escola de Serviço Social da PUC-SP, a *filantropização da pobreza*⁵³. Não há dúvida, porém, que o fenômeno assinala também, conforme já ressaltado por Wanderley Guilherme dos Santos⁵⁴, um exponencial aumento do associativismo civil

51 É interessante fazer uma relação entre o prejuízo do Banco Central e o lucro bancário, porque este último compõe-se basicamente do resultado de operações da dívida interna pública e o prejuízo do Bacen resulta exatamente das mesmas operações. Isto é a *autonomização* do mercado.

52 Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a Política* (2000).

53 Ver para uma interessante discussão desses temas, Maria Carmelita Yasbek (2000) e Maria Célia Paoli (2002).

54 Além do artigo de Wanderley Guilherme dos Santos (2002), ver o trabalho de Landim e Scalon sobre as ONGs, o associativismo civil no Brasil e o trabalho voluntário, citado em Wanderley Guilherme. Leilah Landim e Maria Celi Scalon (2000).

no Brasil, que tem, virtualmente, a capacidade de oferecer bases para um novo pacto ou contrato social, ou seja, para uma nova hegemonia. Mas o deslocamento do trabalho e das relações de classe esvazia essa *sociedade civil* do conflito que estrutura alianças, opções e estratégias. Pode tornar-se uma noção enganosa e anacrônica, porque restaura a *comunidade*, impossível num tempo de mastodontes. Essa *comunidade* não é a que se refere Hannah Arendt onde se constitui a política: é o seu contrário, porque é um recorte como especificidade não universal. A soma dessas *comunidades* não faz a *comunidade* arendtiana. A *sociedade civil* fica restrita aos arranjos locais e localizados, enquanto as operações da política tornam-se *reserva de caça* das grandes empresas e do mercado. Um Gramsci de segunda mão é utilizado para legitimar a pacificação do conflito, que é transformado no sentido da administração. Não se trata, outra vez, da supressão do conflito privado, que se publiciza, mas de males que são expostos à comiserção pública, como defeitos, monstruosidades, teratologias, que pedem curas medicalizadas. A educação e a cultura são transformadas em territórios não-conflitivos, esquecendo-se, de novo, Benjamin, pois cultura e barbárie sempre andaram juntas⁵⁵.

A DOMINAÇÃO SEM POLÍTICA: O EPÍLOGO DO NEOLIBERALISMO

Há um consenso sobre o fracasso da experiência neoliberal no Brasil, conduzida sobretudo pelo Governo FHC nos seus dois mandatos. O período de Luiz Inácio Lula da Silva, que se finda neste ano de 2006 –ele pode ser reeleito para mais um mandato de quatro anos– é caracterizado por analistas e pela maior parte da mídia como o *terceiro mandato* de FHC. Pois no essencial, a política econômica apelidada neoliberal foi mantida e as políticas de desregulamentação seguem o mesmo roteiro. Os direitos sociais foram inscritos agora no registro das carências, sob a rubrica global do Programa Bolsa-Família. Mas é um equívoco teórico rotular esse prosseguimento apenas de neoliberal e *terceiro mandato de FHC*.

Do que se trata agora é de uma dominação de classe sem política. Em primeiro lugar, como efeito e corolário da mundialização do capital, ou se quisermos utilizar o termo já consagrado –mas que induz a equívocos– trata-se de uma dominação globalizada. Mesmo no passado mais imediato, o nacional constituía-se na mediação necessária para a atuação dos capitais internacionais. Era a política nacional, *y compris* a política econômica, quem realizava a mediação. A *internalização de decisões* de Celso Furtado foi efetiva. Esse processo começou a mudar com a ditadura militar que, ao acelerar o processo de acumulação,

55 Walter Benjamin, apud Paulo Arantes (2001).

tornou os recursos internos, econômicos e políticos, insuficientes para domar as novas forças do capital. Mas foi o neoliberalismo quem jogou a *pá de cal* na determinação interna da política, para extrovertê-la definitivamente. Agora, mesmo os interesses internos são mediados pelos recursos globais de capitais e de política. Numa palavra, a dominação de classe foi extrovertida.

O período que se chamou neoliberal operou uma mudança extraordinária na dominação burguesa no Brasil. Em primeiro lugar, a *financeirização* da economia pré-determina a acumulação possível e o lugar do Estado na economia. Em segundo lugar, as intensas privatizações retiraram do Estado a capacidade de fazer política de produção. Torna-se patético que economistas acreditem que a moeda nacional, o real, estabilizado, seja capaz de produzir e conduzir política econômica. As relações entre as classes mudaram substancialmente com as privatizações e com a *financeirização*.

Por último, e não menos importante, o Partido dos Trabalhadores, criado no período de invenções, com larga base entre os trabalhadores industriais e de serviços, e sobretudo nas estatais, viu-se erodido pelo próprio processo de privatizações e desregulamentações, com a forte perda de empregos formais, a intensa informalização do trabalho, a desqualificação semântica dos *privilégios* dos servidores públicos e o enorme desemprego. A financeirização de par com a privatização das estatais deu lugar a uma nova classe criada para gerir os fundos de pensão que são –pasmese!– de propriedade dos trabalhadores. Esse movimento transportou-se para o partido que profissionalizou-se e foi integrado ao corrupto e ineficaz sistema partidário brasileiro. Assim, a vitória do capitalismo mundializado é quase total. Não é uma coisa menor que a alternativa política tenha sido digerida pelo sistema. O PT no governo federal não faz a menor diferença. A política como recurso de método das classes dominadas foi inteiramente depredada pela presença do PT no governo federal. Não se inventa do nada uma nova forma da política.

Ao extroverter-se a mediação política da política, esta deixa de existir como *nacionalidade*, pois os conflitos internos já não têm nenhuma capacidade de produzir políticas nem sequer de arbitrá-las. Os partidos, pois, não apenas cumprem um roteiro previsto por Michels, eles rigorosamente não fazem mais a política. E se consomem numa luta pelo poder que não tem nada de programática: parecem-se cada vez mais com gangues criminosas e não é à toa que os últimos onze anos da política brasileira, desde o primeiro mandato de FHC até hoje com já o último ano do mandato de Lula, tenham girado apenas em torno de escândalos derivados de intensa corrupção que revela apenas a irrelevância da política partidária. Mas não se trata de uma nova hegemonia: o conceito não encaixa. Trata-se de uma dominação de classe,

não há dúvida, mas sem o consentimento necessário para completar um quadro gramsciano: é uma dominação que se faz pelo terror, diretamente, sem mediações. É uma dominação sem política. É impróprio, pois, teórica e praticamente, falar-se em neoliberalismo: este correspondeu à fase de liquidação da política como *nacionalidade*. O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital. Ele a dispensa, pois a construção da política pelas classes dominadas revelou-se, afinal, uma enorme contradição com capacidade de barrar os processos de exploração de classe. No Brasil, o PT renunciou à alternativa para conformar-se ao figurino tradicional da política brasileira. Pior: com a liderança carismática de Lula, o PT facilita a dominação burguesa sem política.

BIBLIOGRAFIA

- Adorno, Theodor et al. 1965 *La Personalidad Autoritaria* (Buenos Aires: Proyección).
- Arbix, Glauco 1996 *Uma aposta no futuro: Os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística* (São Paulo: Scritta).
- Arendt, Hannah 1989 *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo* (São Paulo: Cia Das Letras).
- Bello e Silva, Carlos Alberto 1999 “A Ilegítima Conversão do Cade ao Liberalismo: Governo e Empresariado Triunfam Face ao Desinteresse da Sociedade Civil”. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, São Paulo.
- Benjamin, Walter 2001 “O Sujeito Oculto de um Manifesto” em *Cadernos do Folias* (São Paulo: Grupo Folias D’Arte) primeiro semestre.
- Bernadet, Jean-Claude 1976 *Brasil em tempo de cinema* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Biondi, Aloysio 1999 *O Brasil Privatizado: Um Balanço do Desmonte do Estado* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).
- Biondi, Aloysio 2000 *O Brasil Privatizado II: O Assalto das Privatizações Continua* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).
- Caetano Ferrera, Maria 2002 “A Ronda da Pobreza: Violência e Crime na Solidariedade” em *Novos Estudos* (São Paulo: Edit. Bras. de Ciências) Nº 63, julho.
- Candido, Antonio 2000 *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (Belo Horizonte: Itatiaia).
- Chesnais, François 1996 *A Mundialização do Capital* (São Paulo: Xamã).
- Cohn, Gabriel 1968 *Petróleo e nacionalismo* (São Paulo: Difel).

- Coutinho, Carlos N. 1989a *Gramsci. Un Estudo sobre seu Pensamento Político* (Rio de Janeiro: Campus).
- Coutinho, Carlos N. 1989b “Uma via não-clássica para o capitalismo” em D’Incao, Maria (org.) *Historia e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior* (São Paulo: Unesp/Brasiliense).
- Da Silva Telles, Vera 1986 “Anos 70: experiência e práticas cotidianas” em Krischke, Paulo e Mainwaring, Scott *A Igreja nas bases em tempo da transição (1974-1985)* (Porto Alegre: L&PM-Cedec).
- De Oliveira, Francisco 1987 “A longa espera de Goivanni Drogo” em *Novos Estudos* (São Paulo: Edit. Brasileira de Ciências).
- De Oliveira, Francisco 1992 *Collor. A Falsificação da Ira* (Rio de Janeiro: Imago).
- De Oliveira, Francisco 1999 “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” em De Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Celia (orgs.) *Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global* (Brasil: Vozes).
- De Oliveira, Francisco 2002 “Resistirão a República e a Democracia?”. Texto a presentado ao seminário Questões do Republicanismo Contemporâneo. Dilemas do Republicanismo Democrático no Brasil, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, maio, mimeo.
- De Oliveira, Francisco et al. 1993 “Quanto melhor, melhor: O acordo das Montadoras” em *Novos Estudos* (São Paulo: Edit. Brasileira de Ciências) Nº 36.
- De Oliveira, Francisco et al. 1999 “Apocalypse Now: O ‘Coração das Trevas’ do Neoliberalismo” em De Oliveira, Francisco e Comin, Alvaro (orgs.) *Os Cavaleiros do Antiapocalipse. Trabalho e Política na indústria automobilística* (São Paulo: Entrelinhas/Cebrap).
- Dimetman, Annie 1999 “O Período Weimariano como uma Hermenêutica do Excesso: O caso de Walter Benjamin e Carl Schmitt”. Tese de doutoramento. Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo.
- Dos Santos, Wanderley Guilherme 2002 “A Universalização da Democracia”. Texto preparado para um projeto de reforma política, Instituto Cidadania, São Paulo, mimeo.
- Evans, Peter 1986 “Informática: A Metamorfose da Dependência” em *Novos Estudos* (São Paulo: Edit. Bras. de Ciências) Nº 15, julho.
- Favre, Luis 2002 “O paradoxo francês- as eleições de 2002” em *Novos Estudos* (São Paulo: Edit. Bras. de Ciências) Nº 63, julho.
- Fernandes, Florestan 1976 *A Revolução Burguesa no Brasil* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).

- Fiori, José Luis 1999 *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Petrópolis: Vozes).
- Fontenelle, Isleide 2001 *O nome da marca* (São Paulo: Boitempo).
- Furtado, Celso 1954 *A Economia Brasileira* (Rio de Janeiro: Edit. A Noite).
- Furtado, Celso 1995 *Formação Econômica do Brasil* (São Paulo: Editora Nacional).
- Furtado, Celso 1998 “Entre a Terra e o Céu: mensurando a utopia” em *Democracia Viva* (Rio de Janeiro: Ibase).
- Gantus, Jasmin Marcelo 2001 “Interesse bem compreendido e virtude em a democracia na América” em Bignotto, Newton (org.) *Pensar a Republica* (Belo Horizonte/São Paulo: Edit. da UFMG e EDUSP).
- García dos Santos, Laymert 2001 “Perspectivas que a revolução micro-eletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo”. Palestra no seminário Democracia e Socialismo, Partido dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, São Paulo, 4 de junho.
- Gonzaga Belluzzo, Luiz e Gomes de Almeida 2002 *Depois da Queda. A Economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Gorz, André 1982 *Adeus ao Proletariado* (Rio de Janeiro: Forense).
- Gramsci, Antonio 2000 *Cadernos do Carcere e Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira) Vol. III.
- Gramsci, Antonio 2002 *Cadernos do Carcere* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira) Vol. V.
- Habermas, Jürgen 1987 “A Nova Intransparência” em *Novos Estudos* (São Paulo: Edit. Bras. De Ciências) Nº 18, setembro.
- Habermas, Jürgen 1994 *Teoría de la Acción Comunicativa* (Madrid: Cátedra).
- Landim, Leilah e Scalon, Maria 2000 *Doações e Trabalho Voluntário no Brasil* (Rio de Janeiro: Sete Letras).
- Lefort, Claude 1983 *A Invenção Democrática: Os Limites do Totalitarismo* (Sao Paulo: Brasiliense).
- Marçal Brandão, Gildo 1997 *A Esquerda Positiva. As duas almas do Partido Comunista 1920-1964* (São Paulo: Hucitec).
- Martins, Luciano 1985 *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Marx, Karl 1973 “El crédito y el capital ficticio” em *El Capital. Crítica de la Economía Política* (México: FCE) Vol. III.
- Matoso, Jorge 1999 *O Brasil Desempregado* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).

- Mello e Silva, Leonardo 1999 *A generalização difícil: A vida breve da Câmara setorial do complexo químico* (São Paulo: Annablume/Fapesp).
- Miagusko, Edson 2001 “Greve dos Petroleros de 1995: A Construção Democrática em Questão”. Dissertação de mestrado, Dpto. de Sociologia, FFLCH-USP.
- Navarro de Toledo, Caio 1977 *Iseb: fábrica de ideologías* (San Pablo: Atica).
- Nogueira Galvão, Walnice 1987 *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista* (Petropolis: Vozes).
- Nun, José 1969 “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal” en *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* (Santiago de Chile) Vol. II, N° 2, julio.
- Nun, José 2000 “O Futuro do emprego e a tese da massa marginal” em *Novos Estudos* (São Paulo: Edit. Bras. de Ciências) março.
- Offe, Claus 1989 “Trabalho: A categoria-chave da sociologia?” em *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo) N° 10, junho.
- Paoli, María Celia 1989 “Trabalhadores e Ciudadania: experiências do mundo público na história do Brasil moderno” em *Estudos Avançados* (São Paulo: USP) Vol. III, N° 7.
- Paoli, María Celia 2002 “Empresas e Responsabilidade Social: Os Enredamentos da Cidadania no Brasil” em De Souza Santos, Boaventura (org.) *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Paoli, María Celia et al. 1984 “Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico” em *Revista Brasileira de História* (São Paulo) N° 6.
- Pochmann, Márcio 2001 *A Década dos Mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil* (São Paulo: Contexto).
- Pollock, Friedrich 1989 “Is national socialism a new order” in Jay, Martin *L'Imagination Dialectique. L' Ecole de Francfort 1923-1950* (Paris: Payot).
- Porto Macedo Jr., Ronaldo 1994 “O Decisionismo de Carl Schmitt” em *Lua Nova* (São Paulo: Cedec).
- Rancière, Jacques 1996 *O Desentendimento. Política e Filosofia* (São Paulo: Editora 34).
- Ridenti, Marcelo 1999 “Em busca do povo brasileiro. Romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós 1960)”. Tese de Livre-docência em sociologia, Universidad Estadual de Campinas, Campinas.

- Sader, Eder 1988 *Quando novos personagens entram em cena: experiências dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Saliba Rizek, Cibele 1998 “A Greve dos Petroleiros” em *Praga* (São Paulo) Nº 9.
- Schwarz, Roberto 1999 “Fim de século” em *Seqüências brasileiras. Ensaios* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Tavares Coelho, Marco A. 2000 *Herança de um sonho. As memórias de um comunista* (Rio de Janeiro: Record).
- Teixeira da Silva, Fernando; Capelari, Naxara Márcia e Camilotti, Virginia (orgs.) 2003 *República, Liberalismo, Cidadania* (Piracicaba: Unimep).
- Thompson, Edward 1987 *A Formação da Classe Operária Inglesa* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Véras de Oliveira, Roberto 2002 “Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações. Do novo sindicalismo ao sindicato cidadão”. Tese de doutoramento Dpto. de Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo.
- Werneck Vianna, Luiz Jorge 1997 *A Revolução Passiva* (Rio de Janeiro: Revan).
- Werneck Vianna, Luiz Jorge 1998 “A Construção da hegemonia no Brasil: uma visão gramsciana” em Kritsch, Raquel e Ricupero, Bernardo (orgs.) *Gramsci Revisitado: Estado, Política, Hegemonia e Poder* (São Paulo: Universidade de São Paulo).
- Werneck Vianna, Luis Jorge e Rezende de Carvalho, Maria 2001 “República e Civilização Brasileira” em Bignotto, Newton (org.) *Pensar a República* (Belo Horizonte/São Paulo: Edit. da UFMG e EDUSP).
- Yasbek, Maria Carmelita 2000 “Terceiro Setor e Despolitização” em *Revista Inscrita* (Brasília) julho.
- Zizek, Slavoj 2002 *O Paradigma da Ideologia* (São Paulo).

